TESE DE DOUTORADO

SEGURANÇA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: UMA VISÃO DESDE A AUTONOMIA PRIVADA*

EDUARDO SILVA DA SILVA

Data da defesa: 23/10/2006

RESUMO

A presente tese propõe o reconhecimento dos novos papéis desempenhados pela autonomia privada na regulação de aspectos da sociedade da informação. Dada a dimensão da rede de computadores, o seu caráter transnacional e a dificuldade para o estabelecimento de uma regulação jurídica internacional uniforme, a autonomia privada, como poder de produção de efeitos jurídicos, pode apresentar-se como alternativa complementar (nãoexcludente) para a disciplina de questões relacionadas ao estabelecimento de pactos negociais através da rede (o chamado comércio eletrônico) e para a eventual diluição de conflitos deles decorrentes. Ante a ampla liberdade concedida aos particulares e que se materializa através dos inúmeros e criativos empregos que continuamente têm sido atribuídos à rede de computadores, espreita-se uma gama variável de riscos decorrentes do exercício da própria liberdade e que dizem respeito, exemplificativamente, à disseminação de sites eletrônicos falsos, o não-cumprimento de contratos e a ineficácia de decisões judiciais para

* PROFA. ORIENTADORA: Judith Martins-Costa

BANCA EXAMINADORA:

Luciano de Camargo Penteado

Carlos Klein Zanini

Michelle Ratton Sanchez

César Viterbo Matos Santolim

Gerson Luís Carlos Branco

Fundação Getúlio Vargas

UFRGS

Fundação Getúlio Vargas - EDESP

UFRGS

ULBRA

além dos limites territoriais do Estado prolator da decisão. Em vista destes fatos (a circunscrição da sociedade da informação entre os limites da liberdade e do risco), a tese propõe a contenção dos perigos e o reforço da segurança dos negócios jurídicos mediante o exercício da autonomia privada. Neste esforço se situam os procedimentos de certificação dos sites e de suas práticas através de selos (labelização), gerando uma normatividade particular, de caráter obrigatório aos que a ela se submetam, transcendente das fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, propõe-se o estabelecimento de mecanismos para a solução de eventuais conflitos que levem em conta as características mais próprias do comércio online, tais como a distância entre as partes, a sobreposição de ordenamentos jurídicos diversos e a necessidade de agilidade das decisões através dos chamados online dispute resolution, notadamente através do emprego da arbitragem eletrônica.

Palavra-chave: Autonomia privada - Internet - solução de conflitos - arbitragem eletrônica - certificação